

**DIREITOS HUMANOS – FUNDAMENTAIS E AS IDENTIDADES SILENCIADAS E
(IN)VISÍVEIS: POBREZA, MUDANÇA SOCIAL, IDENTIDADE, MÍDIA**

**HUMAN RIGHTS AND THE SILENCED AND (IN)VISIBLE IDENTITIES:
POVERTY, SOCIAL CHANGE, IDENTITY, MEDIA**

RESUMO

Este artigo pretende suscitar discussões e reflexões acerca dos processos discursivos dos direitos humanos, já na segunda década do século XXI, para fins de identificar as contraposições entre o Direito oficialmente instituído e o formalmente vigente e a normatividade emergente das relações sociais. Para tanto, parto de pressupostos teóricos e práticos que originaram o que chamo de *roteiro preliminar de práticas investigativas sobre os discursos dos direitos humanos e a sua efetividade*. Trata-se de um discurso inicial, uma análise preliminar dos eventos: “*Eu só quero conhecer o Shopping*”, 2000, que fora objeto do documentário com o título “*Hiato*” em 2007, e os “*Rolezinhos*” ocorridos no final do ano de 2013 e início de 2014 em várias cidades no Brasil – amplamente documentados e divulgados pela mídia impressa/digital. O que apresento é fruto de uma investigação em processo, que continua em campo com outras práticas e projetos que têm como objetivo mapear este vasto campo, principalmente no que diz respeito à discursivização dos direitos humanos e caracterização das percepções de leituras desses discursos pelos que, herdeiros da opressão e discriminação, conseguem ascender socialmente e somam ao contingente opressor silenciando-se e tornando (in)visíveis aqueles de quem descendem. Neste processo, questiona-se: como compreender a emergência de novos sujeitos de direitos, valorizando o pluralismo jurídico? O discurso dos direitos humanos parece ter deslocado seu foco do direito das diferentes formas jurídicas de comunidades plurais e se ajustado ao direito dos discursos. Mas, o que dizer do fato de que vivemos, já pelo menos desde o início do século XX (senão desde sempre!), em sociedades de híbridos impuros, fronteiriços? (Garcia Canclini, (2008 [1989])). Segundo Sousa Santos (2010), a falta de compreensão dessas condições tem sido fator de incremento à crise no campo dos Direitos Humanos, para o autor, a política de direitos humanos é um fator chave para compreender tal crise.

Palavras-chave: identidade; pobreza; mudança social; direitos humanos.

ABSTRACT

This article aims to encourage discussion and reflection about the discursive processes of human rights, in the second decade of the 21st Century, so as to identify the contrasts between the officially and formal instituted law and the current emerging normativity of social relations. To do so, I start with theoretical and practical assumptions that originated what I have called preliminary script of investigative practices on human rights discourses and their effectiveness. It is about an initial discourse, a preliminary analyses of the events: “I just want to visit the Shopping”, 2000, that was the object of the documentary “Hiato” in 2007, and the “flash mobs/ rolezinhos” which occurred in the end of the year 2013 and beginning of 2014 in several cities in Brazil – widely publicized in the media press/digital. What I present is the result of an investigation which is in process, that continues in the field with other practices and projects which have the aim to map this vast field, mainly regarding the discourse of human rights and the characterization of the perceptions of readings of these discourses by those, heirs of oppression and discrimination, that can ascend socially and thus add to the oppressive contingent making invisible those whom they descend. In this process, it is questioned: how to understand the emergence of new subjects of rights, valuing the legal pluralism. The discourse of human rights seems to have shifted its focus from the rights of the different legal forms of plural communities and adjusted itself to the discourse of the law. However, what could be said about the fact that we have lived for about since the beginning of the 20th Century (if not always!), in societies of impure and boundaries? (Garcia Canclini, (2008 [1989]). According to Sousa Santos (2010), the lack of understanding on this conditions has been the fact of increment to the crises in the field of Human Rights, for the author, the policy of human rights is a key factor to understand such a crises.

Key-words: identity; poverty; social change; human rights.

INTRODUÇÃO

“E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não jamais suficientemente expulsos! Incluídos, demasiado incluídos, e em descrédito!” (FORRESTER, 1977, p. 15)

A história do homem foi sempre marcada pela política da exclusão, já os plebeus da Grécia Antiga não contavam, no sentido duplo da palavra, pois não eram contados e não contavam para ninguém. Afirma Rancière, seguindo o pensamento dos patrícios: “não há porque discutir com os plebeus pela simples razão de que eles não falam. E não falam porque são seres sem nome, privados de *logos*, quer dizer de inscrição simbólica na polis” (RANCIÈRE, 1996, p. 37). Se os plebeus não contavam, não tinham voz, o que dizer daqueles que vivem “sujando” as ruas, minando e desrespeitando a ordem vigente, perturbando a consciência daqueles que, sem querer, se confrontam com a própria miséria, com as próprias limitações?

O que apresento é fruto de uma investigação em processo, que continua em campo com outras práticas e projetos que têm como objetivo mapear este vasto campo, principalmente no que diz respeito à discursivização dos direitos humanos-fundamentais e caracterização das percepções de leituras desses discursos pelos que, herdeiros da opressão e discriminação, conseguem ascender socialmente e somam ao contingente opressor silenciando-se e tornando (in)visíveis aqueles de quem descendem.

É neste contexto que apresento o que chamo de *roteiro preliminar de práticas investigativas sobre os discursos dos direitos humanos-fundamentais e a sua efetividade* que tem como objetos de estudo as manifestações populares que denunciam e/ou discutem questões ligadas ao discurso hegemônico da globalização que nos remete à sociedade dita (pós-) moderna, ao mesmo tempo moderna, pautada pela racionalidade, pelas leis, pelos valores rígidos moral ou eticamente impostos e pela sociedade de consumo, “em que o dinheiro é o significante mestre, em que as sempre ‘novas’ tecnologias invadem o mercado e criam necessidades vitais (desnecessárias) marcando a vida de todos, ricos e pobres” (CORACINI, 2007, p. 24). Para tanto parto de uma análise preliminar dos eventos: “*Eu só quero conhecer o Shopping*”, 2000, objeto do documentário “*Hiato*” em 2007, e os “*Rolezinhos*” ocorridos no final do ano de 2013 e início de 2014 em várias cidades no Brasil – amplamente documentados e divulgados pela mídia impressa/digital.

Os jovens da periferia, donos de perfis “famosinhos” nas redes sociais como o *Facebook* que chegam a ter em torno de cem mil seguidores, trazem, paradoxalmente, à superfície linguística a voz do discurso hegemônico globalizante, mesmo que nem sempre disso se apercebam, pois são constituídos por fragmentos de outras culturas, que os seduzem e os conduzem, e, agora e sempre, por acaso e para o acaso, sentem a necessidade – ou são levados a senti-la – dos bens de consumo e do “estilo de vida” que lhes foi imposto. Esses jovens adotam o discurso da cultura local de resistência, conforme Freitas (2010, p. 9), trata-

se de um ‘entrelugar’ de sobrevivência e resistência do discurso do excluído que, assim (co)constrói sua identidade social em confronto com o discurso hegemônico que tenta reduzi-lo a um lugar de subalterno. Enquanto apenas por trás das telas dos computadores e de outros dispositivos móveis digitais, não são vistos, são apagados e anulados como se não existissem, mas, ao mesmo tempo são vistos de soslaio, porque incomodam, excluídos que se incluem, se imiscuindo na vida dos frequentadores dos Shoppings, causando medo. Mas medo do quê? Da pobreza, da violência?

Observa-se uma tensão que repousa, por um lado, no fato de que tanto as violações dos direitos humanos, como as lutas em defesa deles terem uma decisiva dimensão local/nacional, e, por outro, no fato de as atitudes perante os direitos humanos assentarem em pressupostos culturais específicos, tornando a política dos Direitos Humanos em uma política basicamente cultural. Neste sentido, este estudo pauta-se na discussão sobre a política dos direitos humanos considerando a orientação hegemônica da globalização que nos trouxe impactos com consequências cruéis sobre a infraestrutura do sistema de proteção social; a rejeição à lógica de exclusão que a globalização imprime e que é impulsionada por critérios exclusivamente políticos e econômicos que leva à precarização da própria vida e a perda do humano inserido neste contexto; a fragmentação cultural e da política de identidades. Diante de uma temática permeada por oposições internas e do objeto de estudo analisado, optou-se pela pesquisa descritiva de natureza qualitativa e de orientação etnográfica virtual (HINE, 2000).

1. O ESTUDO

Antes de iniciar a descrição do estudo, quero registrar que concordo com Cameron et al (1992) sobre o ato de fazer pesquisa e sobre as consequências éticas das escolhas envolvidas na pesquisa. Para os autores, os pesquisadores, antes de mais nada, são pessoas posicionadas socialmente, e assim, trazem, inevitavelmente, seus pensamentos e tudo o que constitui a sua subjetividade para dentro dos processos de pesquisa com os quais se envolvem. No entanto, segundo os mesmos autores, essa subjetividade não deve ser vista como algo negativo, mas como “um elemento presente nas interações humanas que incluem o objeto de estudo.”¹ (CAMERON et al, 1992, p.5). Assim, deixo claro que, mesmo estando na posição de pesquisadora, tenho ciência do comprometimento ético que envolve cada uma de minhas

¹ Tradução minha para o seguinte trecho: “Our view is that the subjectivity of the observer should not be seen as a regrettable disturbance but as one element in the human interactions that comprise our object of study.”

escolhas, bem como de que a análise dos fatos aqui relatados está irremediavelmente mediada por minhas convicções e pela subjetividade que me constitui. Portanto, não tenho aqui a intenção de apresentar o traçado de uma imagem pretensamente objetiva do mundo, mas uma narrativa a partir da minha perspectiva e do lugar que ocupo no mundo.

Como já fora dito, este trabalho tem como objeto de estudo os eventos – manifestações – ocorridos em nosso país e amplamente divulgados pela mídia impressa/analógica/digital como jornais impressos e televisivos, rádio e Internet. Trata-se do “*Rolezinhos*” ocorridos no final do ano de 2013 e ["Eu só quero conhecer o Shopping"](#) do ano de 2000, sendo que este fora analisado a partir da leitura de jornais impressos da época, de vídeos e recortes de noticiários publicados no *Youtube*, bem como da análise do documentário “*Hiato*”; e aquele, ou aqueles, a partir da análise dos noticiários televisivos, impressos e publicados na Internet. Nota-se que embora seus objetivos, seus participantes e o seu alvo não possam ser confundidos, tratam-se de manifestações que nos remetem, paradoxalmente aos movimentos que reivindicam o direito à diferença, à busca pela “super”ação das fronteiras, de certa forma pela “mesmidade” da sociedade de consumo.

1.1. Os “rolezinhos”

Em artigo publicado na página eletrônica do jornal Folha de São Paulo, [artigo sobre os "rolezinhos"](#), Ana Krepp, assim define esses eventos: os “*Rolezinhos*” são encontros marcados por redes sociais por jovens da periferia que têm perfis seguidos por milhares de fãs. Dentre esses jovens – filhos de pais oriundos da classe baixa, que conseguiram ascender economicamente nas últimas duas décadas e, portanto, procuram oferecer aos seus filhos os bens de consumo aos quais não tiveram acesso – alguns costumam frequentar os Shoppings, usam roupas, tênis, bonés de marca – mesmo que tenham que pagá-los em inúmeras prestações –, cabelos arrepiados com gel; as meninas costumam usar maquiagem carregada, calça legging/short curto, blusinha Bad Cat, sapatos de salto algo, etc.; outros fazem parte de movimentos culturais contra-hegemônicos. No entanto, observa-se que na sua maioria, trata-se de jovens que querem, segundo eles próprios, “se divertir”, haja vista que os shoppings são espaços de livre circulação. Assim, se organizam e marcam encontros pelas redes sociais e atraem centenas de jovens a shoppings. Eles entram pacificamente nos locais, mas depois se reúnem em grupos de cerca de 20 e passam correndo pelos corredores entoando batidas de funk, os jovens que vêm atrás se unem aos demais e formam o “bonde”. Assim, costumam promover correria assustando lojistas e frequentadores.

Ainda segundo Ana Krepp, os “Rolês” surgiram em 2012 e eram chamados de “encontro de fãs”. Eram encontros que os “ídolos” da Internet marcavam para conhecerem seus seguidores. Os ídolos são garotos e garotas da periferia que possuem perfis “famosinhos” que chegam a ter oitenta mil seguidores. Assim surgiram os “protorolezinhos” que cresceram com o tempo e inspiraram os “Rolezinhos” que aconteceram no final do ano de 2013 e início do ano de 2014 nos Shoppings das grandes cidades brasileiras.

Já a leitura dos “Rolezinhos” apresentada pelo jornal “Diário Catarinense” tem a Internet como uma de suas principais fontes. Em matéria publicada em 15 de janeiro de 2014, o jornal apresenta uma síntese dos últimos “Rolezinhos”, seus desdobramentos, a reação dos lojistas que recorreram ao Judiciário e os contornos políticos que os eventos tomaram. Nesta edição, o Jornal abriu espaço para ouvir a opinião de seus leitores com a Enquete: “Você concorda com a proibição dos rolezinhos?”² – Observe que a pergunta apresentada na Enquete já é algo que significa! Veja abaixo uma síntese da matéria publicada em 15 de janeiro de 2014.

Desde o final da semana passada, quando shopping de São Paulo conseguiu liminar proibindo a entrada de jovens para um *rolezinho*, não se fala em outra coisa nas redes sociais.

Os **rolezinhos** são encontros marcados pela internet por adolescentes e começou em dezembro do ano passado. Normalmente os participantes são jovens pobres, a **maioria negros**, querendo se divertir. No começo, os eventos eram convocados por cantores de funk, em resposta a um projeto de lei que proibia bailes do estilo musical nas ruas da capital paulista. Proposta que foi vetada pelo prefeito Fernando Haddad no início de 2014.

Incomodados com a multidão de jovens cantando refrões de funk ostentação nos corredores, a direção de seis shoppings paulistanos tiveram o respaldo de decisão judicial para fazer a triagem de clientes. A repressão policial aos participantes também gerou repercussão.

‘Os eventos continuam a ser promovidos, mas agora por todo o país, como forma de protesto contra o preconceito e segregação social. A capital catarinense tem sua

²Destaco aqui dois comentários postados que representam 98% dos comentários postados. “Rolezinhos são uns sem vergonha, falta é baixar o pau, como acontecia antigamente, comecei a trabalhar na lavoura com 7 anos, era a baixo de pau, ainda consegui estudar, agora ficam dando chance para estes vagabundos, cadê os pais, e **os direitos humanos que só defendem vagabundos**. é muita mídia p/SV” Postado em 15/01/14 às 15:46h. Grifos meus.

“não é preconceito é revolta por conta que eles querem empurrar o funk e o mal comportamento goela abaixo de todos.quero ser livre pra ir e vir e ser respeitada. não sou contra esse ou aquele grupo. sou contra é a obrigação de calar a boca diante de atitudes fora da lei.” Postado em 16/01/14 às 10:27h.

versão marcada para o dia 26, no Shopping Iguatemi, com mais de 300 confirmados até às 10h desta quarta-feira.

Linha do tempo – os rolezinhos:

Início de dezembro — Comerciantes do Shopping Aricanduva, na Zona Leste, tiveram de baixar as portas durante um tumulto seguido de diversas tentativas de roubo às lojas durante o rolê.

Sete de dezembro – Cerca de 6 mil jovens haviam ocupado o estacionamento do Shopping Metrô Itaquera e foram reprimidos.

Prisões no dia 14 de dezembro — Dezenas entraram no Shopping Internacional de Guarulhos cantando refrões de funk ostentação. Ao todo, 23 foram levados à delegacia.

Precaução excessiva no dia 21 — Polícia foi chamada pela administração do Shopping Campo Limpo e não constatou nenhum tumulto. Policiais permaneceram no local e entraram no shopping com armas de balas de borracha e bombas de gás.

Revistas em 22 de dezembro — Manifestantes foram revistados assim que chegaram ao local e um forte esquema policial foi montado.

Final da semana passada — O shopping JK Iguatemi – um dos mais luxuosos da cidade – conseguiu liminar na Justiça proibindo as manifestações, com previsão de multa de R\$ 10 mil a quem fosse identificado causando tumulto. Outros quatro estabelecimentos também conseguiram liminar proibindo o ingresso de manifestantes.

Último sábado — A Polícia Militar de SP usou bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, além de balas de borracha contra um grupo de aproximadamente mil pessoas que se reuniram para um rolezinho no shopping Itaquera, na zona leste da cidade. (DIÁRIO CATARINENSE – 15 de janeiro de 2014.)

A matéria destaca, dentre os vídeos que circulam na Internet, o vídeo *Desce a Letra*, Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/entenda-o-que-sao-os-rolezinhos-e-a-repercussao-que-causaram-na-internet-4390554.html>

Observa-se neste vídeo o que venho tentando mostrar, o oprimido torna-se opressor. Há no vídeo a manifestação em defesa da ordem, da propriedade privada, da apreciação estética, do discurso hegemônico da globalização etc.

No rodapé da página eletrônica, encontramos, com o título de Reação à ação, a posição do antropólogo Alexandre Barbosa Pereira que fora entrevistado pelo Jornal Zero Hora. Para o professor da Unifesp, a forte reação contra os rolezinhos deu ao evento uma nova proporção, ganhando contornos de manifestação política. Disponível em:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/se-fossem-jovens-de-classe-media-nao-seria-caso-de-policia-diz-antropologo-sobre-rolezinho-4389040.html>

O que sabemos é que o Shopping é um local de prestígio social, símbolo da sociedade de consumo. Assim, pode-se tirar uma série de recados desses eventos. Questionou-se a desigualdade da sociedade, o preconceito de classe, de raça, de estética e até mesmo a cidadania pautada apenas no consumo. O que se sabe é que os encontros de jovens em Shoppings sempre existiram. Há na Internet, inúmeros registros desses encontros, inclusive alguns de estudantes de Economia da USP que fazem, “tranquilamente”, bagunça em um desses Shoppings.

Embora o evento não tenha tido, inicialmente, propósitos políticos muito claramente estabelecidos, observa-se que, ao incomodar o mercado, a sua consequência é inevitável e o direito a estar na cidade começa a se discutido.

1.2. Eu só quero conhecer o Shopping e o documentário “*Hiato*”

Os “rolezinhos” trouxeram a minha memória outro evento, este ocorrido no ano de 2000 quando a Internet ainda não se fazia tão presente em nossas vidas como na atualidade. Em agosto daquele ano, um grupo de pessoas “pobres” da periferia do Rio de Janeiro se organizou em uma manifestação que ficou conhecida e foi divulgada pela TV, Rádio, Jornais impressos como “*Eu só quero conhecer o Shopping*”.

Essa, uma manifestação com contornos políticos muito bem definidos, fora organizada para chamar a atenção dos governantes para essa parcela da sociedade que se tornou visível porque, assim como os rolezinhos, violou as regras, e ao violar as regras sua violência foi registrada, assim, essas pessoas tiveram suas vidas colocadas em registros e arquivos, ou, nas palavras de Foucault, “elas se tornaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político” (FOUCAULT, 2006, p. 216).

O grupo de manifestantes, para ser ouvido, convocou a imprensa para que o acompanhasse em todos os seus atos. O grupo ao chegar ao Shopping foi, em suas próprias palavras, recebido por policiais que os aguardavam. Ao verem essas pessoas entrando, pacificamente, os lojistas tentavam fechar suas lojas e impedir que os manifestantes entrassem. No entanto, diante desse movimento, os manifestantes começaram a gritar, e, ao ver que os manifestantes estavam acompanhados pela grande imprensa, recuaram.

As imagens e relatos nos mostram o temor dos lojistas, seus funcionários e frequentadores do Shopping diante “daquela gente diferenciada”. O grupo era olhado pelos lojistas, seus funcionários e frequentadores com uma mistura de “nojo” e “medo”. Chegaram a oferecer dinheiro para que os manifestantes se retirassem. Ato que foi respondido com os dizeres: “Nós não queremos dinheiro, nós só queremos frequentar o Shopping, nós queremos ser vistos”. Os manifestantes ocuparam as mesas da Praça da Alimentação e, pacificamente, comeram “pão com mortadela”. Entram nas lojas, olham os produtos, pedem para experimentar, consultam os preços, como qualquer outro cliente. Relatam que foram impedidos de usar o banheiro, como se não tivessem o direito de utilizar esse espaço que, embora privado, possui concessão pública para o atendimento ao público em geral.

Esta manifestação foi narrada por alguns de seus participantes e objeto do documentário *“Hiato”*. O documentário é composto pelas imagens filmadas na época pelos próprios manifestantes, recortadas das mídias que noticiaram o evento; por comentários desses manifestantes sobre como o evento e seus sentimentos; por recortes de jornais impressos da época, e pelos comentários do documentarista Silvio Tandler, da professora de comunicação Ivana Bentes e do filósofo James Arêas. Abaixo, destaco alguns relatos e análises³. Recomendo a leitura de alguns comentários postados na Internet sobre a manifestação e o documentário.

“Quando nós descemos do ônibus a polícia já estava de cassetete e o pessoal já tava descendo as portas, aí foi quando a gente começamos fazer o ato de não deixar... quando eles fechavam aí nós começamos a brigar pelo direito de abrir...”(E. S. manifestante).

“Parecia bandido, a gente não era bandido. Lá fora tinha mais polícia do que no morro. As policia eu acho que não tava vendo os bandidos. Eu acho que bandido esse dia se deu bem...Porque estava tudo no Shopping vendo morador de rua, morador de sem teto, tava vendo a gente que mora em favela visitando o Shopping, que coisa, né?[...] Só que eles se deram mal, porque pensaram que nós somos vândalos, que iríamos quebrar tudo, mas não, só queríamos conhecer o Shopping [...] O patrão não mandou ele olhar com nojo, o patrão mandou ele fechar a loja [...] você vê nas imagens eles olhando pra nós com nojo... tava ali recriminando a gente... aquelas vendedoras ali, assalariada, ganha por comissão, pobre,

³ Ressalto que as imagens são muito mais reveladoras, mas, embora a tecnologia nos permita brincar imagens, sons e escrita linear no mesmo texto, o artigo científico, como guardião da tradição grafocêntrica, mantém sua superestrutura e não nos permite fazê-lo. Assista ao documentário em: <http://www.youtube.com/watch?v=UHJmUPeDYdg>

paga aluguel, anda de busão, eu divido que elas moram ali em Botafogo, quem mora por ali não tava ali não. O gerente não falava olha pra eles de cara feia, porque isso ninguém manda olhar não, olha porque quer [...] a gente sendo recriminado não só pelos ricos mas pelos próprios pobres que trabalham pros ricos” (C. M. manifestante)

“O fato de outras pessoas, de outro grupo social, entrarem ao Shopping produz uma cena de pânico... atos de repressão da polícia, contra o que, contra pessoas de um outro grupo social que estão atravessando uma parede invisível...[...] Por que que eu tenho que me vestir de uma determinada maneira para ir ao Rio Sul? Quais são essas regras invisíveis que fazem com que uma pessoa vestida de uma determinada forma seja mal olhada ou mal vista, ou talvez mal atendida e discriminada, né ” Ivana Bentes.

“E com as próprias imagens deles de pobreza, com aquele mundo de luxo, de consumo, de riqueza, eles denunciaram as desigualdades e as perversidades desse processo de globalitarismo que tá aí...[...] Essa dissipação do limite é que coloca na fronteira uma nova zona de intensidade em que circulam simultaneamente ‘os sem’ e ‘os com’ [...] Promover na fronteira esse afrontamento, esse confronto das intensidades e expô-las [...] daí a questão toda de posteriormente a TV reeditar rapidamente tudo aquilo que ela própria havia exposto.[...] O ato foi denunciar o consumo, os caras estão dizendo a gente vive a margem da sobrevivência, as nossas casas são barracos de madeira, as pessoas não têm cama, as pessoas não tem chão, é papelão, quer dizer, ao lado da gente tem meninos que olham encantados carrinhos de plástico que na época custavam 230 reais [...] então eles denunciam essas desigualdades, é esse o ato inteligente deles de usar como fazer mídia...” Silvio Tendler.

“Os polícia ficaram tudo cercando, os seguranças ficaram tudo em cima, pensando que a gente ai fazer alguma coisa demais, mas não, a gente fomo ali somente pra fazer uma manifestação pacífica. Fomos pacificamente, saímos pacificamente, entramos legal... ah, eu me senti meio ‘excruída’ pela sociedade, senti muito ‘excruída’, porque quando eu entrava assim, tinha uma mulher que ficou apavorada. Eu me lembro que eu olhei pra cara dela assim, ela ficou toda no canto, encolhida, com medo, começou a ligar... eu ainda cheguei perto dela e disse: calma minha senhora, a gente não vai fazer nada não, a gente só viemos olhar o shopping, olhar as coisa, ver os preços, não pode não? E ela não conseguia falar, eu achei engraçado porque ela não conseguia falar uma palavra...eu só ficava olhando assim, o

olho dela arregalado, ela só ficava olhando pra gente.[...] Pra sociedade pobre não é nada, a gente não significa nada pra eles. A gente só significa pra trabalhar pra eles, pra fazer as coisas pra eles, pra ta servindo eles, os que tem, os ricos, a mídia, né?” (N. L. manifestante)

“Aí nós começamo a ocupar com as crianças, aí começaram a servir pão com mortadela, aí o pessoal bacana começaram a olhar pra nós assim, e começaram a se levanta das mesas e a sair das mesas e nós começamo a sentá, sentá, sentá, e nós comemos...[...] Aí, nós não podia fica no banheiro não... a mulher falou que não podia usar o banheiro senão o chefe ia chamar a atenção, e eu disse, nós vai entrar no banheiro moça, o direito é pra todo mundo...Aí ficaram olhando assim, as bacana ficaram tudo olhando assim, aí só teve uma mulher que falou assim: ‘deixa ela entrar, sim, ... ela é ser humano igual a qualquer outro’. Uma senhora que tava lá fazendo compra [...] Respeito, as pessoas não tem não, mas tem preconceito [...] Você chega numa loja pra fazer o crediário, nego já te olha, que mora nesse lugar, como é que fala? É CEP, né?Aí eu fico olhando assim, eles ficam com preconceito.[...] Quando você chega numa loja e se você diz que é casinha do governo e que você veio de ocupação, nego não quer te atender.[...] Não diz que é um país livre, cadê esse país livre? Cadê a pessoa carente com direito de ir e vir?Os direitos humanos aqui só pra quem tem, pra nós que não tem, nós não vai ter direitos humanos nunca” (E. S. manifestante).

O jornal O Globo noticiou o evento com a seguinte manchete: “Queríamos mostrar que a miséria existe.”. Outro jornal da época noticiou: “Profanando um templo moderno”. Célia Costa escreveu: “No Shopping, mortadela e vitrines caras”.

Os recortes acima apresentados retratam situações de vida, realidades sociais que se multiplicam silenciosamente a cada dia. São pessoas “anônimas”, cujos caminhos se cruzam nas trilhas da exclusão social, marcadas pelo desemprego, pela falta de liberdade, pela fome e pelo esquecimento e apagamento. São seres humanos com vestes encardidas, em situação de pobreza, que deixam à mostra suas fissuras e ferimentos causados pela ruptura da coesão social e ausência de políticas públicas eficazes.

1.3. O acesso às mídias digitais na atualidade

Considerados por muitos como “baderneiros” que só querem promover a desordem, roubos e furtos, e por outros como jovens da periferia que lutam por seus direitos. Não se pode negar que tratam-se de jovens que subverteram a ordem do discurso hegemônico. A

Internet possibilitou alguma visibilidade aos que parecem invisíveis por não serem vistos nem contados, todas as vezes em que tornaram públicas fotos, filmes, falas daqueles que encontram algum lugar para exporem seu pensamento, ou para aparecerem. Os que não se tornarem meros objetos de espetacularização, podem encontrar aí uma válvula de escape, um modo de (re)velar a sua existência. Por meio da interatividade proporcionada pela *Web 2.0*, esses jovens transitam entre os discursos que, segundo Rojo (2012), fraturam ou transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos discursos [verbais ou não]). São híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagem, modos mídias e culturas).

Diferentemente das mídias anteriores (impressas e analógicas como a fotografia, o cinema, o rádio e a TV pré-digitais), a mídia digital, por sua própria natureza “tradutora” de outras linguagens para a linguagem dos dígitos binários e por sua concepção fundante em rede (web), permite que o usuário interaja em vários níveis e com vários interlocutores (interface, ferramentas, outros usuários, discursos etc.). Se as mídias anteriores eram destinadas à distribuição controlada da informação/comunicação – aliás, a imprensa se desenvolveu em grande parte com esse fim –, a ponto de se falar, no caso das mídias, que elas foram destinadas às massas (rádio, TV) em vez de às elites (imprensa, cinema) na constituição de uma “indústria cultural” típica da modernidade, centralizada pelos interesses do capital e das classes dominantes e que colocava o receptor no lugar de consumidor dos produtos culturais, a mídia digital e a digitalização (multi)mídia que a mesma veio a provocar mudou muito o panorama. (ROJO, 2012, p. 23)

Essa nova lógica interativo-colaborativa das novas ferramentas no mínimo dilui e no máximo permite fraturar ou subverter/transgredir as relações de poder preestabelecidas, em especial as relações de controle unidirecional da comunicação e da informação (da produção cultural) e da propriedade dos “bens culturais imateriais” (ideias, discursos, imagens, sonoridades).

2. OS DISCURSOS E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Sabe-se que nossa sociedade dispõe de arquivos que nos dizem sobre o que é ser brasileiro, sobre a nossa natureza. Com base neste arquivo, a sociedade estabelece o que pode dizer de si mesma. Observa-se que no contexto do estudo, os enunciados – acontecimentos – materializam esses arquivos, por meio da simples recitação e também pela transformação, pelos deslocamentos e pela produção de novos sentidos. Essa possibilidade de atualização dos arquivos pelos enunciados não significa que os arquivos sejam descritíveis em sua totalidade, pois, conforme Foucault, é impossível descrever o arquivo de uma sociedade exaustivamente.

Diante disto, a relação entre os enunciados e o acontecimento dos eventos “Rolezinho” e “Eu só quero conhecer o Shopping” permite uma abordagem desses eventos como prática discursiva, que faz surgir a significação das coisas efetivamente ditas. Como não existe

enunciado que não suponha outros, a memória exerce um papel fundamental na relação entre o enunciado e o arquivo. Papel que pode ser pensado da seguinte forma: em relação ao arquivo, o enunciado é o que surge com valor de acontecimento em meio a um espaço povoado por outros enunciados. Como esses discursos não partem de um único, mas de diversos lugares enunciativos (o político, o jurídico, o midiático etc.), a rede de formulações gerada pelo cruzamento dessas diferentes posições enunciativas põe em cena a angústia da sociedade para saber quem somos, quem são esses sujeitos produzidos pelas diversas práticas econômicas historicamente instituídas. Essa rede interdiscursiva instaura um confronto entre posições enunciativas, a partir do qual é possível entender, circunscrever e construir um quadro da(s) identidade(s) presentes nos eventos.

Sabe-se que a construção de identidades diz respeito ao modo como as sociedades têm sido representadas e ao modo como essa representação pode afetar a maneira de cada indivíduo representar a si mesmo, a partir da concepção de que a identidade não é algo fixo, coerente, homogêneo, idêntico e acabado. Ao contrário, “as identidades não são nunca unificadas, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas” (HALL, 200, p. 108). Consideradas as identidades como um processo de identificação de cunho plural e multifacetado, permeado pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções, as identidades consideradas sólidas, como a da mulher e do homem, por exemplo, “escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação” (SOUSA SANTOS, 2000, p. 135). A noção do que seja identificar requer, pois, considerar que tal conceito é um processo de produção e um efeito de discurso. Neste sentido, já que as identidades são construídas no discurso, é necessário compreendê-las como produtos de lugares históricos e de instituições, inseridas e em práticas discursivas e utilizadas como dispositivos específicos.

Assim, considerando que todo discurso é heterogeneamente construído, que todo discurso é perpassado por fragmentos dispersos de outros discursos, interdiscursos, manifestações da memória discursiva, de dizeres outros que nos precedem e nos constituem como sujeitos, acredita-se ser possível rastrear, na escrita virtual e midiática, vozes provenientes de muitos outros discursos – da moral, do Estado Jurídico, do Estado Neoliberal, da globalização, da sociedade de consumo, da política etc. Postula-se assim que “o sujeito mais se diz do que diz, o que significa que ele não tem o controle dos sentidos produzidos, já que ele se revela na mesma medida em que, intencionalmente, deseja se esconder, sob o rótulo de isenção, da objetividade, do descompromisso político, social e, portanto, ideológico.

(CORACINI, 2007, p. 212). Tem-se por hipótese que os discursos presentes nos eventos em estudo nos mostram que as identidades dos sujeitos das manifestações e dos que contra elas levantaram sua voz encontram-se no lugar (dê)sconfortável do entre-margens, entre-culturas, entre-vozes, em que “as identificações de si e do outro se entrelaçam e se confundem para constituir as identidades” desses sujeitos, que permanecem na tensão das contingências de sua história de vida, sua formação, modificada pelo outro, pela cultura do outro, com quem se identifica e de quem se diferencia, pelas contingências mercadológicas, e pelas representações do outro que lhe foram impostas.

Diante disto, a identidade é algo reclamado por quem precisa de um lugar para reivindicar direitos: uma bandeira de luta dos excluídos de uma ordem de direitos. Desvela-se a problemática da representação, que necessita do outro para construir sua unidade: o outro dos manifestantes e daqueles que se unem ao opressor. Mesmo que sujeitos de um mesmo território nacional, o “rico” é o “cidadão”, sujeito de direitos. Assim, pode-se observar que a representação dos excluídos não é um processo apenas de inclusão, mas também de sustentação da exclusão.

3. E OS DIREITOS HUMANOS-FUNDAMENTAIS?

Assistimos, hoje, uma relação contraditória entre o progresso material, os avanços da tecnologia e da ciência e a propagação da miséria. As cidades passaram a ser o campo das contradições e “as fundações do conhecimento legítimo desmoronaram”, novos objetos são socialmente construídos, e assim surgem novos modos de vê-los, modos que transgridem os limites e nos causam desconforto, pois muitas vezes significam uma ameaça para aqueles que vivem dentro dos limites do direito oficialmente instituído.

Para usar uma metáfora militar, vemos que o que está para além da fronteira existente é um inimigo, inimigo cujas forças são temidas e cujo território é considerado com olhar hostil. Olhar que pode ter dentro de si mesmo desejo, vontade de se apropriar ou de erradicar, destruir.

Ora, a história dos direitos humanos foi sempre marcada pela política da exclusão e pelas dicotomias como as oposições metafísicas entre o bem e o mal, presente e ausente, interior e exterior etc. que regem e orientam o conceito de verdade. Em relação aos direitos humanos, este fundamento metafísico binário, no qual um dos polos vale mais que o outro, não é diferente, pois a alteridade, pensada nesses termos, acaba por ser reduzida ao Mesmo, entendido como eu individual ou identidade coletiva. Assim, o eu passa a existir em função

do outro. Para Lévinas (1997) “somente no momento em que se divisa o ‘rosto’ do outro é que um eu se forma e se informa a respeito dessa alteridade que ele nunca poderá esgotar, reduzir, em suma, interpretar a sua maneira e segundo seus valores morais” (LÉVINAS, 1997, p. 160). Essa dicotomia tem sido o modelo de racionalidade ocidental que tem dado legitimidade científica para a manutenção das diferentes políticas que, em nome de uma globalização dos direitos humanos, busca uma homogeneização que não acolhe o outro enquanto outro, levando à perda do humano, à não aceitação da diferença (social, cultural, política) e à fragmentação cultural e da política de identidades que se deixa marcar por formas de crueldade e de exclusão soberanas.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: AGUMAS (IN)CONCLUSÕES

“São pobres porque são preguiçosos e não gostam de trabalhar, são uns baderneiros, um bando de funkeiros que só querem destruir o que é dos outros. Uma multidão ocupa a Praça de alimentação e começa a distribuir pão com mortadela tá certo, tudo normal? E quem trabalha no Shopping? Não tem direito a segurança? E quem paga para manter negócios e empregos não tem direitos? Nivelar por baixo não é solução. Mal sabe essa moça que todos nós estamos aqui neste planeta justamente para servir e proporcionalmente ganhamos ou somos recompensados financeiramente pela quantidade e qualidade de nossos serviços.” Esses são alguns comentários sobre os “*Rolezinhos*” e “*Eu só queria conhecer o Shopping*”. Observa-se nesses comentários a reprodução de alguns discursos, deixo a reflexão para meu leitor e interlocutor.

Como já fora dito, o que apresento é fruto de uma investigação em processo, que continua em campo com outras práticas e projetos que têm como objetivo mapear este vasto campo, principalmente no que diz respeito à discursivização dos direitos humanos-fundamentais e caracterização das percepções de leituras desses discursos pelos que, herdeiros da opressão e discriminação, conseguem ascender socialmente e somam ao contingente opressor silenciando-se e tornando (in)visíveis aqueles de quem descendem.

Escutar, registrar, discutir e analisar a voz dessas pessoas que, em situação de pobreza e exclusão social, permanecem à margem da sociedade – construída na ordem das leis e das normas que regem os direitos e deveres dos que vivem em condições de cidadania – pode equivaler a uma maneira de fortalecer o discurso, como a identidade de uma classe social oprimida e abandonada à própria sorte. Esta escuta pode também levar à promoção do respeito aos direitos humanos-fundamentais e garantir a reconstrução da coesão social,

mediante pesquisas que permitam dar visibilidade e voz às pessoas que se encontram em situação marginal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMERON, D. et al. *Researching language: issues of power and method*. London: Routledge, 1992.

CORACINI, M. J. *A celebração do Outro*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. RJ: Forense Universitária, 2006.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FREITAS, A. C. Linguagem e exclusão. (Org.). *Linguística in Focus 7*. Uberlândia: Edufu, 2010.

GARCIA CANCLINI, N. *Culturas híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008[1989].

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HINE, C. *Virtual ethnography*. London: Thousand Oaks, CA; New Delhi: Sage, 2000.

LÉVINAS, E. *Entre nós*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

ROJO, R. H. R. Protótipos didáticos para os multiletramentos. In: ROJO, R. e MOURA, E. (Orgs) *Multiletramentos na Escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOUSA SANTOS, B. da. Os processos da globalização. In____(org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, *Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos*. 2008. Disponível em:

<http://osinimigosdoestado.blogspot.com.br/2008/08/divulga-se-aqui-o-artigo-por-uma.html>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2013.

_____, (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WEBREFERÊNCIAS

Diário Catarinense - Entenda o que são os rolezinhos e a repercussão que causaram na Internet. Disponível em:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/entenda-o-que-sao-os-rolezinhos-e-a-repercussao-que-causaram-na-internet-4390554.html>

_____. Se fossem jovens de classe média não seriam caso de polícia. Disponível em:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/se-fossem-jovens-de-classe-media-nao-seria-caso-de-policia-diz-antropologo-sobre-rolezinho-4389040.html>

Desce a letra. Disponível em:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/entenda-o-que-sao-os-rolezinhos-e-a-repercussao-que-causaram-na-internet-4390554.html>

Folha de São Paulo – Rolezinhos. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1397831-rolezinhos-surgiram-com-jovens-da-periferia-e-seus-fas.shtml>

Hiato. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=UHJmUPeDYdg#t=1122&hd=1>